políticas públicas definidas pelo Conselho Superior e de acordo com as finalidades institucionais desta Fundação, bem como coordenar as atividades das Câmaras de Assessoramento, e ainda substituir o Diretor-Presidente em suas ausências ou impedimentos.”

Art. 10-A. À Diretoria de Operações Técnicas compete executar e acompanhar as ações relacionadas aos programas e projetos de pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, bem como executar e acompanhar a política de expansão da oferta do ensino superior, graduação plena e curta, nas modalidades presencial e a distância e as ações relativas à prestação de contas dos projetos e programas apoiados pela FAPESPA.”

“Art. 12.

I - dotações e recursos consignados no orçamento do Estado, nos termos do art. 291 da Constituição Estadual, equivalentes a no mínimo três décimos por cento da receita corrente líquida do Estado do Pará.”

Art. 2º Fica alterada a redação do art. 3º da Lei Complementar nº 098, de 1º de janeiro de 2015, da seguinte forma:

“Art. 3º O art. 3º da Lei Complementar nº 061, de 24 de julho de 2007, passa a ter a seguinte redação:”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação
PALÁCIO DO GOVERNO, 13 de janeiro de 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

Protocolo 514552

DECRETO Nº 500, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

Autoriza, em relação aos militares do Estado em atividade na data da promulgação da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, a extensão de prazo, na forma do art. 26 da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os termos do art. 26 da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo do ente federativo a estender os prazos a que se referem o art. 24-F e o *caput* do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, em relação aos militares estaduais em atividade,
D E C R E T A:

Art. 1º Ficam estendidos para 31 de dezembro de 2021 os prazos a que se referem o art. 24-F e o *caput* do art. 24-G do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, em relação aos militares estaduais em atividade na data de publicação da Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, nos termos do seu art. 26,

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 17 de dezembro de 2019.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 de janeiro de 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO Nº 501, DE 13 DE JANEIRO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 2.576, DE 18 DE OUTUBRO DE 2010, QUE REGULAMENTA A LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 041, DE 29 DE AGOSTO DE 2002.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual,
D E C R E T A:

Art. 1º Os arts. 72 e 73, do Decreto Estadual nº 2.576, de 18 de outubro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 72. Os percentuais de que trata o art. 41-B da Lei Complementar Estadual nº 041, de 29 de agosto de 2002, serão apurados em processos administrativos e judiciais, sempre que o valor consolidado em acordo administrativo ou judicial para pagamento for inferior:

I - ao valor expressamente apontado como base para a instauração de processo administrativo de conciliação, na forma dos regulamentos internos a respeito da matéria, enquanto não sobrevier o trânsito em julgado de decisão judicial condenatória em desfavor da Fazenda Pública; II - ao valor objeto da condenação judicial atualizada, uma vez configurado o trânsito em julgado de decisão condenatória em desfavor da Fazenda Pública.

§ 1º As diferenças tratadas neste artigo serão, em qualquer caso, sujeitas a auditoria interna e serão necessariamente acompanhadas de demonstrativo de cálculo.

§ 2º Os valores apontados como base para a instauração da conciliação serão fundados na realidade dos processos, no entendimento jurisprudencial e no estado da arte doutrinário atualizado a respeito da matéria jurídica em questão, de modo a retratar, à luz de critérios técnico-jurídicos razoáveis, o montante da economia obtida.

§ 3º Também é considerada economia a desconstituição de decisão transitada em julgado por meio de medida judicial manejada pela Procuradoria-Geral do Estado.

§ 4º O valor apurado nos termos deste Decreto será dividido *pro rata* entre todos os Procuradores do Estado.

§ 5º Será facultado o parcelamento mensal do valor devido a cada Procurador para efeito de cumprimento do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, bem como para observância da disponibilidade orçamentária do Estado.

§ 6º A apuração anual de que trata o § 2º do art. 41-B da Lei Complementar Estadual nº 041, de 2002, será realizada computando-se os valores levantados no terceiro quadrimestre do ano anterior, acrescidos dos valores correspondentes aos primeiro e segundo quadrimestres do ano em que se der a apuração.

§ 7º O resultado da apuração anual de que trata o art. 41-B da Lei Complementar Estadual nº 041, de 2002, e os valores devidos a cada Procurador serão encaminhados à Secretaria de Estado de Planejamento e

Administração (SEPLAD) no mês de setembro de cada ano para pagamento a partir do mês de janeiro do ano subsequente ao da remessa”.

“Art. 73. Os casos omissos e ulterior regulamentação serão resolvidos pelo Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 de janeiro de 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO DE 13 DE JANEIRO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art.135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando os termos do Ofício nº. 266/2019-GAB/SECOM, da Secretaria de Estado de Comunicação SECOM, conforme Processo nº. 2019/556150; Considerando a ordem de classificação dos candidatos aprovados no Concurso Público C- 205 da Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM, cujo resultado foi homologado e publicado no Diário Oficial do Estado nº 33.745 de 23 de novembro de 2018,
R E S O L V E:

Art.1º - Nomear, de acordo com o art. 34, § 1º, da Constituição Estadual, combinado com o art. 6º, inciso I, da Lei nº. 5.810, de 24 de janeiro de 1994, os candidatos constantes deste Decreto para exercerem, em virtude de aprovação em concurso público, os cargos a seguir discriminados, com lotação na Secretaria de Estado de Comunicação - SECOM.

CARGO: JORNALISTA

FILIPE ALVES SANCHES

CARGO: RELAÇÕES PÚBLICAS

ANASTACIA RODRIGUES PINTO

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO DE 13 DE JANEIRO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado, e Considerando o disposto no artigo 88, §1º, inciso III, alínea “m” c/c o art. 90, ambos da Lei Estadual nº. 5.251 de 31 de julho de 1985; Considerando o teor do Ofício nº. 864/2019-DP1, de 18 de dezembro de 2019, do Comando Geral da Polícia Militar do Pará; Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº. 2019/644604,
D E C R E T A:

Art. 1º Fica agregado, o TEN CEL QOPM RG 26297 MAURO JOSÉ MAUÉS PAIXÃO, a contar de 23 de novembro de 2019, em razão de ter passado a disposição da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Pará - SEAP.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO DE 13 DE JANEIRO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado, e Considerando o disposto nos arts. 91 e 92, ambos da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985; Considerando o teor do Ofício nº. 801/2019 - DP1, de 1º de novembro de 2019, do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará; Considerando o teor do Ofício nº. 1920/2019-GAB.SEC.SEGUP, de 2 de outubro de 2019, da Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social;

Considerando as informações constantes no Processo nº. 2019/546436,
R E S O L V E:

Art. 1º Reverter o MAJ QOPM RG 31131 JOSÉ ROBERTO MELO DO NASCIMENTO, ao serviço ativo da Polícia Militar do Estado do Pará, a contar de 2 de outubro de 2019, por ter cessado o motivo que determinou sua agregação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado

DECRETO DE 13 DE JANEIRO DE 2020

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, incisos III e X, da Constituição do Estado, e Considerando o disposto no artigo 88, § 1º, inciso I c/c o art. 90, ambos da Lei Estadual nº. 5.251, de 31 de julho de 1985; Considerando o disposto no art. 2º, item 5, do Anexo da Lei Estadual nº. 5.276, de 6 de novembro de 1985, alterada pela Lei Estadual nº. 8.289, de 28 de agosto de 2015, e no art. 21, § 1º, item 3, do Decreto Federal nº. 88.777, de 30 de setembro de 1983 (R-200); Considerando o teor do Ofício nº. 804/2019 - DP1, de 1º de novembro de 2019, do Comando-Geral da Polícia Militar do Pará;

Considerando as informações e os documentos constantes no Processo nº. 2019/558030;
D E C R E T A:

Art. 1º Fica agregado o MAJ QOPM RG 27012 CÉSAR GOMES MAGNO, a contar de 8 de outubro de 2019, em razão de ter passado à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 13 DE JANEIRO DE 2020.

HELDER BARBALHO
Governador do Estado